



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007716-39.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Benedito Paulo Rodrigues**
Requerido: **LE NOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um celular fabricado pela ré, o qual apresentou problemas de funcionamento que não foram adequadamente solucionados.

Alegou que do primeiro encaminhamento à assistência técnica foi realizada a atualização do software do aparelho, mas o mesmo retornou com os mesmos problemas.

Alegou que após isso contatou novamente a assistência técnica da ré e sempre era orientado a realizar algum comando, mas nada

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

suficiente para resolver os vícios apresentados no aparelho.

Almeja a restituição do valor pago pelo produto.

No mérito, é incontroverso que incidem à hipótese dos autos as regras do Código de Defesa do Consumidor, preenchidos que estão os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º do referido diploma legal.

Assentada essa premissa, observo que o autor postula a restituição da quantia paga pelo aparelho celular que adquiriu e que apresentou vícios que não foram solucionados não obstante ter enviado o aparelho à assistência técnica.

Os fatos que alegou estão satisfatoriamente demonstrados nos documentos de fls. 03 (aquisição do produto e envio à assistência técnica, onde conta a informação "*laudo: Atualização de Software*").

A ré em contraposição, ré não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor.

Limitou-se a argumentar que nunca negou-se a prestar a devida assistência ao autor.

Todavia, prova nesse sentido incumbiria a ela promover, seja em face do art. 6º, inc. VIII, do CDC (cumpre assinalar que as alegações do autor estão respaldadas em suficiente prova documental e são verossímeis), seja em face do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil (ainda que se repute que não haveria a inversão do ônus da prova a ela tocaria a prova do fato impeditivo do direito do autor).

Mas ela não o fez.

Assim, como o solitário argumento ofertado pela ré não contou com qualquer espécie de suporte, a conclusão que daí deriva é a de que a pretensão deduzida merece prosperar.

Ela está amparada no art. 18, § 1º, inc. I, do CDC, não lhe tendo sido apresentada contraposição consistente.

Por fim, ressalvo que o autor em momento algum postulou o recebimento de indenização para ressarcimento de danos morais, de sorte que deixam de ser analisadas as considerações expendidas pela ré em contestação quanto ao assunto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de compra e venda firmado entre as partes condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$899,00, acrescida de correção monetária a partir do seu desembolso (agosto de 2016), e juros de mora, contados da citação.

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar os produtos que se encontram na posse do autor; decorrido tal prazo in albis, poderá a autora dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 21 de setembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA